



FINS DA UNIVERSIDADE

pelo Prof. Eng. Manuel Corrêa de
Barros, Director da Faculdade de
Engenharia do Porto.

Fundação Cuidar o Futuro



Introdução

Antes de entrar no assunto desta tese, os Fins da Universidade, penso dever considerar por uns momentos se é assunto que valha, realmente, a pena de ser tratado; se não valeria mais tê-lo posto de parte por não dar lugar a dúvidas, e utilizar o tempo que se lhe consagrou com problemas mais concretos, de interesse mais imediato. Realmente, vemos que todos os povos civilizados, desde o período aureo da Idade Média, têm criado e mantido Universidades; na Idade Média que as criou como na Renascença e na Idade Moderna; na Europa como no Oriente velho e longínquo, e nos países novos das Américas, da Austrália e do Sul da África. Diferentes religiões, diferentes ideologias, diferentes climas, diferentes usos e civilizações, todos têm concordado em conservar e desenvolver a instituição universitária, com evidentes traços comuns, com prestígio e vitalidade inalterados. Não será isso sinal de que os fins da Universidade são bem conhecidos de todos, e reconhecidos dignos de serem procurados? Poderá admitir-se que só por rotina, ou por espírito de imitação, tantos povos gastem esforço e dinheiro com uma instituição de que não compreendem claramente os fins? Ou que, se há divergências quanto aos fins da Universidade, esta se apresente tão semelhante de caso para caso, apesar da diferença dos fins a atingir?

Na realidade, todos estão de acordo em que a Universidade tem, por missão essencial, a formação dum escol; donde resulta que tudo quanto é indispensável para esse fim aparece como característica da Universidade em todos os tempos e em todos os lugares. E quase todos admitem, como função integrante, a de, pela investigação, promover o progresso da ciência. Quanto ao primeiro ponto, não haveria por isso que discutir; e a discussão do segundo interessaria apenas um círculo limitado de especialistas. Mas por trás deste acordo aparente há desacordos profundos. Não basta saber que se quer formar um escol; é preciso dizer de que espécie de escol se trata, e também qual o objectivo para que se quer formá-lo. Uma e outra coisa dependem do conceito que se forma da Universidade; e é este que teremos

de discutir, porque, apesar de basilar em tudo o que diz respeito à Universidade, raras vezes nele se pensa explicitamente, e quase nunca dele se fala.

É de resto regra comum. A consideração das causas e dos princípios, apesar de tudo derivar das primeiras e se fundar nos segundos, é difícil e pouco frequente. Constitui, propriamente, a sabedoria, o grau mais elevado do nosso conhecimento; superior, em categoria como em dificuldade, às ciências especializadas que fundamenta, coordena e critica.

Conceitos da Universidade

Os diferentes conceitos do que seja uma Universidade podem reduzir-se a quatro, que, enumerados mais ou menos pela ordem cronológica do seu aparecimento, são os seguintes: o conceito corporativo; o conceito humanístico; o conceito estatista ou totalitário; e o conceito profissional ou técnico.

Estes conceitos aparecem, quase sempre, combinados das maneiras mais variadas, ora completando-se, ora neutralizando-se mutuamente. São no entanto bem distintas as ideias fundamentais de cada um; e, nos pontos em que se opõem, só podem coexistir em luta oculta ou clara uns contra os outros. Vou procurar expor rapidamente cada um deles; deixando para o fim o conceito corporativo, mais rico, mais profundo, e mais fácil de compreender depois de expostos os outros.

O conceito humanístico

Segundo o conceito humanístico da Universidade, o escol que esta tem por função formar é um escol de homens de carácter, são de espírito e de corpo, senhores de si, conhecedores das forças e fraquezas da natureza humana, da história da humanidade e do seu pensamento, decididos, corajosos, fortes. Neste conceito, interessa menos o que a Universidade ensina do que as personalidades que forma. Foi o conceito que dominou depois do Renascimento, e que encontramos ainda hoje, bem vivo, - embora associado ao conceito corporativo, co



mo adiante direi -, nas velhas Universidades inglesas de Oxford e Cambridge, por exemplo. O grego, o latim, a literatura da antiguidade e da idade moderna, as ciências e a investigação científica, a filosofia, e até a teologia, preparam nessas Universidades os homens que hão-de ser os dirigentes da nação inglesa; e uma experiência multiseccular tem provado que eles ficam, realmente, aptos a desempenhar esse papel. A influência pessoal do carácter do professor; o ambiente do local em que a Universidade se encontra, - belezas naturais, grandeza e bom gosto da arquitectura ²; o prestígio da escola; os seus costumes tradicionais, as próprias diversões, sejam de carácter cultural, sejam desportivas; tudo concorre, com o curriculum escolar e talvez mais do que este, para formar o tipo de homem culto, autodisciplinado, resoluto e responsável que deve constituir o escol segundo o conceito humanístico.

O ponto fraco deste conceito, compreendido num sentido restrito e exclusivo, é que, com ele, não cabe na Universidade esse grupo tão numeroso e tão necessário, sobretudo na sociedade complicada dos nossos dias, dos que estudam as profissões liberais. O médico, o engenheiro, o advogado, deverão ser ensinados em escolas, superiores sim, mas não universitárias; e delas sairão bem preparados profissionalmente, mas com mentalidade mesquinha, polarizada, unilateral. Por outro lado, - suponho-o sempre entendido num sentido restritivo -, as ciências são nele consideradas mais pelo seu valor formativo do que pelo seu valor intrínseco; e, porque limita ao que é humano os seus horizontes, olha também a teologia mais como meio de formação do homem do que como disciplina orientada para Deus.

O conceito estatista

Embora o regalismo possa considerar-se seu precursor, o conceito estatista propriamente dito data da revolução francesa, e em especial da reforma profunda feita por Napoleão de toda a organização do ensino em França. Levado ao extremo, como conceito totalitário, é hoje o que vigora em todos os países onde um Estado despótico subordina toda a nação a uma ideologia, política, nacionalista ou social; e procura servidores ao mesmo tempo competentes, dóceis, e fanáticos dessa ideologia. Dentro deste conceito, o escol que a Univer



sidade deve formar é o das categorias mais elevadas desses servidores; pelo que a Universidade aparece nele como o grau superior duma estrutura fortemente centralizada em que se integram todas as escolas do país.

A formação do homem é aqui substituída pela dum tipo de homem determinado, que alia a eficiência ao servilismo intelectual e ao entusiasmo pela mística oficial. A cultura, a ciência, são apenas meios para esse fim, e admitidas só na medida em que o não contrariam; não valem por si mesmas, mas pela sua repercussão política ou pela sua utilidade imediata. E assim vemos, - ou vimos -, por exemplo, a Relatividade banida da Alemanha de Hitler por ser de origem semita, e as teorias genéticas de Mendel da Rússia comunista, por serem "clericais" e "reaccionárias".

A investigação científica é promovida activamente, mas com programa rigorosamente delimitado pelas conveniências de ordem política, e, sobretudo, militar.

Se a ideologia reinante admite a religião, - mal compreendida, claro está, e apenas pela sua utilidade social, pois a religião bem compreendida é incompatível com qualquer totalitarismo -, o ensino da teologia pode existir nas Universidades. Mas o Estado intervém nele para o regulamentar e fiscalizar, e toda a acção da Igreja no sentido de o orientar é olhada como suspeita.

Pouco poderá dizer-se em abono deste conceito, a não ser que, nos países onde domina, o Estado é geralmente muito generoso com as Universidades, a que atribui importância política fundamental. Os seus inconvenientes estão bem à vista de todos nós, com o êxodo para outros países de sábios do maior valor, o rebaixamento do nível cultural e científico pela intervenção constante das entidades partidárias, e o desvio da actividade investigadora para fins de guerra ou de aplicação prática imediata.

O conceito técnico

O conceito técnico está muito espalhado nos nossos dias, e nos meios mais diversos. Nele, o que interessa não é o homem, nem mesmo um tipo de homem deformado e sectário. Interessa o profissional, conhecedor da sua especialidade; o resto é indiferente, e a



Universidade não tem que se preocupar com ele. O escol que deve formar é de médicos, engenheiros, advogados, agrónomos, farmacêuticos, etc., bem ensinados e treinados, quanto possível práticos nas profissões a que se vão dedicar. A Universidade é um agregado inconsistente de escolas superiores, com mestres competentes, boa dotação, laboratórios bem apetrechados, - mas sem alma -. Promove-se activamente a investigação, em plena liberdade, por interesse bem compreendido; mas nada se faz para contrariar a deformação profissional do espírito daqueles que se dedicam a ela.

Esta maneira de ver é a mais frequente entre os que não têm formação universitária; mas é corrente também entre alunos, e até professores, das Universidades. Traduz-se pelo desprezo da cultura, da ciência pura, da formação da mentalidade e do carácter, em benefício duma simples aprendizagem profissional especializada. E conduz às Universidades sem Letras, sem Filosofia, sem Teologia, com o estudo das ciências puras reduzido ao indispensável como preparação para o ensino da especialidade. As actividades para-universitárias são nela distração ou passatempo dos alunos, e de interesse apenas para eles; o valor formativo, - no bom ou no mau sentido -, das suas condições de vida não interessa ao fim em vista, e não há que pensar nele. É o utilitarismo aplicado à Universidade.

O conceito corporativo

Vejamos agora o conceito corporativo da Universidade, que é o primitivo e sempre o mais autêntico. Nasceu com a Universidade, em plena Idade Média. E, como a Universidade, não proveio duma ideia preconcebida, mas do desenvolvimento natural das instituições e das suas ideias basilares. Nenhuma época, como a Idade Média, soube aliar o particular ao universal. Sobre os destroços do mundo antigo deixados pelas invasões dos bárbaros, a Idade Média, - com muitos desvios, sem dúvida, com muitas fraquezas, com muitas hesitações -, foi edificando um mundo novo, por um esforço em que havia muito de desconexo, mas que tinha uma ideia a norteá-lo, - a ideia cristã -. Tudo o que demonstrava vitalidade era conservado, e integrado num conjunto que, no espiritual, tinha como último limite a Igreja universal, e, no político, o ideal supra-nacional da Cristandade. Orga-



nizavam-se os municípios e as profissões; uns e outros constituíam as nações; e estas reconheciam-se solidárias num esforço comum. Não chegou a concluir-se a evolução iniciada pela Idade Média; interrompeu-a a crise política, ideológica e religiosa do século XV, manifestada pelo absolutismo, pela Renascença pagã e pela Reforma. Polarizaram-se as lutas intestinas, frequentes na Idade Média como em todas as épocas de elaboração, em guerras sistemáticas entre nações. A Nação absorveu as autarquias locais e profissionais; negou a existência duma unidade superior, - que nunca tinha chegado a existir senão em esboço -. Iniciou-se uma nova época. E o mundo passou a seguir rumo diferente.

Mas no período mais fecundo desse desenvolvimento, as escolas claustrais dos mosteiros e das catedrais encontraram ambiente para saírem da sua clausura e tomarem contacto com a vida civil; o que fizeram de acordo com as necessidades reais desta. Daí nasceram as primeiras Universidades. Conforme os princípios da época, tomaram a forma de federação dos elementos que as constituíam, - de corporação -; e, como centros de cultura, visando ao universal, ideal da época, essa corporação exprimiu pelo nome o espírito que a animava: Universitas magistrorum et scholarium, - Universidade de mestres e alunos -.

O conceito corporativo como síntese

Baseando a Universidade nas necessidades reais da sociedade humana, fazendo dela centro de convergência de todos os elementos que podem concorrer para o fim em vista, o conceito corporativo não tem interesse apenas para a época que o criou. Com as variantes exigidas pelas circunstâncias, pode adaptar-se a todas as épocas e a todos os lugares. E sintetiza o que há de aceitável nos conceitos posteriores. Realmente, tudo o que constitui o conceito humanístico se encontra no conceito corporativo; mas alargado. Por um lado, reconhecendo a subordinação do humano ao divino, esse conceito dá lugar de honra ao ensino da teologia, suprema orientadora dos espíritos. Por outro lado, apreciando devidamente o valor intrínseco da ciência, cultivava-a por si mesma e dedica-se, desinteressadamente, à investigação.



Além disso, não exclui da Universidade os que se preparam para uma profissão liberal; porisso engloba também o essencial do conceito técnico, mas sem as suas limitações. Quer que os especialistas que forma, a par de profissionais, sejam homens, plenamente, sem estreitezas de espírito e sem deformações profissionais. Conseguem precisamente pela reunião numa unidade superior dos vários elementos autónomos. O contacto íntimo, na Escola e fora dela, dos professores das diversas Faculdades; o contacto, paralelo a esse, dos alunos dos vários cursos; a formação dos alunos pela influência pessoal, directa, dos professores; tudo isso concorre, com o orgulho legítimo de pertencer à mesma instituição prestigiosa e de participar da mesma tradição, e com a facilidade de os alunos de qualquer curso poderem seguir acessoriamente na mesma Universidade cursos em matéria muito diferente, para alargar a visão do escola e formar e dar a todos a formação humanista a par da instrução técnica. E se é, evidentemente, incompatível com todo o totalitarismo, engloba também esse pressuposto legítimo do conceito estatista de que é preciso formar bons servidores do poder civil; simplesmente, não esquece que se serve melhor a Nação por uma colaboração consciente e leal do que pela subserviência e pelo conformismo cego.

Exemplos desse conceito

Por todos esses motivos, o conceito corporativo bem poderia chamar-se, sem mais, o conceito universitário, que o é por essência; e onde haja Universidade há, quer o queiram quer não os que a criam e mantêm, vestígios desse conceito.

Esses vestígios são, evidentemente, mais visíveis nos países que respeitam a tradição como tal, esteja ou não de acordo com as ideologias dominantes de momento. Não é por isso de espantar que, entre eles, encontremos a Inglaterra em primeiro lugar. Mas nem só as Universidades inglesas conservam largos vestígios do conceito corporativo; dá-se o mesmo em muitas Universidades alemãs; e, por paradoxal que pareça, algumas Universidades dos Estados Unidos conservam melhor a tradição trazida pelos que as fundaram do que as dos países latinos.



colégios rivalizam entre si, os antigos querendo conservar o seu prestígio tradicional, os modernos querendo igualá-lo; os que promovem o estudo e o ensino das ciências modernas procuram que elas atinjam o brilho das disciplinas tradicionais, e têm-no conseguido, - basta citar o Instituto Cavendish, onde se tem realizado boa parte dos progressos recentes da física -; a Universidade, em conjunto, rivaliza com outras Universidades inglesas, especialmente com Oxford, desde a ciência até aos desportos.

Estude teologia ou engenharia, o estudante de Cambridge é um Cambridgeman, e sai da escola com a formação humanista a par da instrução técnica, graças ao carácter corporativo da Universidade. Pela vida fora, continuará fiel ao espírito em que foi formado; o que revela pelo gosto e o orgulho com que usa o seu old school tie, - e a sua gravata de antigo aluno -. O mesmo acontece em Oxford.

O ensino da teologia conserva lugar importante, sobretudo em Oxford. Trata-se, é claro, desde a Reforma, da teologia protestante, embora muitos rejeitem esse qualificativo. A subordinação da igreja anglicana ao poder civil não lhe permitiu manter a sua primazia como ciência; e a sua incerteza fundamental diminuiu-lhe o valor formativo. Mas cabe a Oxford a glória de ter formado, e iniciado no caminho que o levou à conversão, o maior pensador católico inglês do último século, o Cardeal Newman.

As próprias Universidades inglesas de fundação recente se subordinam ao conceito corporativo até onde as circunstâncias o permitem. Em Londres, por exemplo, onde as escolas superiores formam quatro grupos principais, e que tem uma população tão grande como Portugal inteiro, não há quatro Universidades, mas uma só. Nela estão agrupadas todas as escolas de nível universitário, seja qual for a sua especialidade. Não existe, generalizada, a residência em colégios, o que não é de admirar por predominarem os estudantes da própria cidade; mas procuram manter-se as vantagens do agrupamento.

Exigências desse conceito

O exemplo que citei, corrigido do que é deformação devida à Reforma, mostra-nos bem quais os princípios que o conceito corporativo exige sejam respeitados.





Em primeiro lugar, a liberdade da fundação dos colégios e outros institutos que, federados, constituem a Universidade. Desde que se subordinem às exigências legais quanto a idoneidade moral, competência docente e higiene das instalações, qualquer entidade pode fundar um colégio, laboratório, biblioteca, museu, ou outro instituto universitário, cuja finalidade traça, cuja vida regulamenta, cuja manutenção assegura, a que dá administração autónoma; e a Universidade recebe de boa vontade, e favorece, essa fundação. Assim se assegura o concurso de todas as boas vontades, e se promove a variedade na unidade que é característica e riqueza deste conceito.

Em segundo lugar, a residência dos estudantes nos colégios universitários, a não poder ser em casa da família. Do ponto de vista educativo, as horas extra-escolares valem ainda mais do que as de ensino. O aluno não é um estrangeiro, um nómada, que acidentalmente frequenta um curso da Universidade, mas um elemento efectivo, e essencial, da própria Universidade; este não pode desinteressar-se das condições em que vive e do ambiente que o rodeia. Os seus interesses, os seus gostos, os seus assuntos predilectos de conversa, as suas diversões, dependem desse ambiente, e são, conforme o caso, um valioso capital ou um obstáculo sério a vencer; não podem olhar-se com indiferença.

Há ainda o princípio da assistência pessoal, directa, para aconselhar, orientar e esclarecer o aluno. Funda-se em que o estudante não deve ser um isolado, a quem se ministra o ensino em porções iguais para todos, deixando-lhe o compreendê-lo e assimilá-lo conforme puder ou quizer; mas um aprendiz, - ou melhor um noviço -, que deve formar-se ao contacto dum mestre capaz de, pelo seu tacto e pela sua compreensão da personalidade do aluno, suprir o que falta ao ensino escolar, necessariamente impessoal. Exige, claro está, pessoal docente numeroso, pois ninguém pode acompanhar dessa maneira senão um número reduzido de alunos; mas é essencial se não queremos limitar a Universidade à instrução profissional, e muito valioso até mesmo para esta.

Como complemento, este princípio exige que o estudante possa, conforme as suas aptidões e a conselho do tutor, escolher algumas de entre várias cadeiras facultativas, mudar para outro curso da

mesma Faculdade se reconhece que errou na escolha feita, ou até mudar para outra Faculdade, sem condições proibitivas.

É preciso também respeitar a continuidade das instituições universitárias. A sua solidez revela-se pela duração, e o seu prestígio depende dela. O tempo se encarrega de fazer criar por si as que não se fundam numa ideia sã ou não correspondem a uma necessidade real; as que resistem devem ser respeitadas e conservadas, tendo presente que, quando o perene entra em conflito com as novidades da última hora, é geralmente o perene quem, no fundo, tem razão. O respeito pela autonomia dos institutos universitários é uma das garantias dessa continuidade. Outra é a intervenção, tão larga quanto possível, dada aos antigos alunos na orientação dessas instituições; ninguém melhor do que eles sabe, pelo confronto entre a educação que nelas recebeu e a experiência da vida, o que nelas havia de bom, - e por isso digno de ser conservado e desenvolvido -, e o que havia a corrigir ou suprimir.

Finalmente, cada instituto universitário deve ser fiel ao seu espírito e ao seu objectivo particular. Claro que nenhum se deve opor ao fim comum da Universidade; mas é essencial que nenhum, a pretexto de o promover, se intrometa na actividade dos outros, sem mandato e sem competência. Cada um deve convencer-se de que é dedicando-se sinceramente, com espírito objectivo e amor pela verdade, ao campo especial do seu estudo, que contribui melhor para o fim, - esse geral -, da Universidade a que pertence. A verdade é uma, - foi esse, não o esqueçamos, o princípio a que ~~ma~~ consagrou a sua vida o mais universal de todos os espíritos, S. Tomás de Aquino -; não devemos rezear que, procurada por diversos caminhos legítimos, nos apareça contraditória, como admitiam os seus maiores adversários, os averroístas latinos. As contradições só aparecem quando alguém compara o que sabe duma ciência com o que julga saber duma ciência diferente; a tentação de invadir os domínios dos outros é por isso fonte de dificuldades muito mais do que de harmonia, por melhores que sejam as intenções. O contacto mútuo assegurado pela Universidade evitará mesmo a aparência de conflito, familiarizando cada um com as conclusões e a linguagem dos outros. A síntese, essa pertence a disciplinas próprias, que, por terem de ir fundo e longe, pertencem à sabedoria e não à ciência propriamente dita; são duas, que se distinguem em que



uma atende só aos dados naturais, a outra também aos revelados sobre naturalmente: filosofia e teologia. Os cientistas deixam-na aos que cultivam estas disciplinas, - também com elas, aliás, se familiarizam no ambiente universitário -; e estes não esqueçam que têm essa missão a cumprir, e não a abandonem a quem não tenha competência nem formação para ela.

É evidente que, em obediência a este princípio, a teologia, para desempenhar bem o seu papel, deve ser autenticamente teologia da Igreja, sem pressões e sem interferências regalistas.

O caso português

Vejamos agora o caso português. Não me compete fazer a crítica do nosso sistema universitário, nem, se competisse, seria este o lugar indicado. Mas deverei dizer o suficiente para o situar dentro do esquema que tracei.

O conceito dominante é o técnico, - excepto, infelizmente, no que respeita à investigação científica, cuja utilidade próxima ou remota é muito mal apreciada entre nós. Domina fora das Universidades como também, em parte, dentro delas; e esse predomínio reflete-se, inevitavelmente, na legislação. Poucos procuram a Universidade que não seja com a preocupação utilitária de conseguirem um modo de vida; até as Faculdades mais propriamente culturais, - Ciências e Letras -, são frequentadas quase só por alunos de cursos preparatórios para outras Faculdades, ou que pretendem dedicar-se ao professorado liceal. Nada, na estrutura da Universidade propriamente dita, facilita ao aluno o completar a sua preparação técnica com uma formação humanista, ou seguir ao menos, acessoriamente, um curso complementar em assunto diferente que o interesse.

O conceito humanístico não encontra ambiente, e menos ainda deve vir a encontrar quando se tornarem sensíveis os efeitos da actual organização do ensino liceal. Lembremo-nos de que os alunos que fazem o curso complementar de ciências não conhecem sequer os rudimentos do latim, - com prejuízo até para a sua preparação científica, porque um estudante de matemática não poderá ler as obras de matemáticos tão modernos como, por exemplo, Gauss, e um biólogo não poderá fazer a descrição duma espécie nova, nem ler uma descri-



ção no original, pois a língua adoptada internacionalmente para esse efeito é o latim -. Pela falta do latim, perdemos o contacto com o passado, mesmo recente; a deficiente preparação nas línguas vivas, - querendo ensiná-las todas, não se ensina bem nenhuma -, dificulta o contacto com a cultura dos outros países. O nível da cultura geral não pode por isso deixar de ser baixo.

O conceito corporativo, mesmo no que não é comum ao conceito humanístico, não está em melhor posição. Nenhuma das nossas Universidades tem uma lista completa de Faculdades. A única Faculdade de Teologia que havia, - e essa mesmo sujeita, desde a reforma de Pombal, a forte influência regalista -, foi suprimida há uns quarenta anos, parece que por sugestão do seu próprio Corpo Docente, e não foi restabelecida nem substituída. No Porto não existem senão Faculdades de carácter profissional ou de preparação para essas. Na única cidade em que, - com excepção da Teologia -, havia um conjunto completo e equilibrado de escolas superiores, criaram-se, tão esquecido estava o conceito corporativo, não uma mas duas Universidades, sem outro laço a ligá-las senão a dependência da mesma Direcção-Geral. A parte facultativa e complementar dos cursos é mínima ou inexistente. São enormes as dificuldades opostas à mudança de curso, mesmo dentro da mesma Faculdade, e equivalem praticamente à perda de todo o trabalho já realizado.

Não há, na organização das nossas Universidades, nada que facilite a colaboração com entidades estranhas que trabalham em assuntos afins daqueles a que as Universidades se dedicam (não me refiro, evidentemente, ao Instituto de Alta Cultura). Donde resulta que, muitas vezes, - e há disso exemplos recentes -, as iniciativas dessas entidades aparecem como duplicação de actividades universitárias, ou até como intervenção, bem intencionada mas inconveniente, em campo que às Universidades deveria ser reservado.

Quanto à residência dos estudantes, os colégios universitários, - que os havia em Coimbra, e numerosos -, foram suprimidos depois da vitória liberal. E há tão pouco a noção de que esse problema não tem só importância social, como o do alojamento de qualquer outra classe, mas também importância universitária, que nas obras de grande vulto feitas em Coimbra, cidade onde a quase totalidade dos alunos é de fora, nada se fez até hoje para o resolver.



O conceito estatista, - e esse graças a Deus -, também não tem influência entre nós. Há uma dependência estrita e rígida das Universidades em relação ao poder central; mas é de carácter burocrático, não ideológico. A razão é simples: o Estado português, se tem uma doutrina, - como é indispensável para não viver, politicamente, de expedientes -, é uma doutrina de serviço da Nação, não uma ideologia abstrata a que a Nação tenha de se submeter.

Sintomas animadores

Neste quadro, felizmente, nem tudo são sombras.

Não é só a ausência de pressão ideológica. Muitos sintomas permitem esperar que vamos assistir a um renascimento do conceito corporativo. Para falar do que conheço melhor, vou citar o caso do Porto. Um esforço esclarecido, persistente e cheio de tacto da Reitoria, congregando todas as boas vontades, tem conseguido criar verdadeiro espírito universitário, apesar das muitas dificuldades. Há convívio entre os professores das diferentes Faculdades. Há-o também entre os alunos, e há contacto entre alunos e professores. O Orfeão, o Teatro e os desportos universitários fornecem ocasião de se encontram os estudantes das várias Faculdades; as sessões promovidas pela J.U.C.º pelo Centro Universitário da Mocidade Portuguesa, os Jogos Florais, as visitas de estudo, facilitam o contacto com os professores. Para corrigir a falta de qualquer Faculdade de carácter humanístico, servem as conferências que a J.U.C. há tantos anos promove, e agora também as do Centro da Mocidade Portuguesa; a Câmara do Porto concorre com o "Centro de Estudos Humanísticos", os Institutos Francês, Luso-Britânico, Italiano, com os seus cursos e conferências. A Associação Comercial do Porto fundou, há vários anos, o "Centro de Estudos Económico-Financeiros" para promover cursos anuais que supram a ausência duma Faculdade de Economia. Ainda a Mocidade Portuguesa e a J.U.C., - em pequena escala porque mais não podem -, ocupam-se do problema do alojamento dos estudantes. As Faculdades promovem cursos complementares e de aperfeiçoamento, alguns com o aspecto de cursos voluntários, quando falta ou demora a sua oficialização. O Instituto de Alta Cultura fomenta a investigação, e promove ou facilita a criação de centros de investigação e estudo. Cria-se



ambiente, nascem entusiasmos e dedicações. Se, como é de esperar, não faltarem compreensão e auxílio das instâncias superiores, o que está em embrião tornar-se-à realidade plena, e haverá no Porto uma Universidade equilibrada e suficientemente completa, segundo o verdadeiro conceito corporativo.

Conheço menos bem o que se passa em Coimbra e Lisboa. Mas a Universidade de Coimbra, com a sua tradição gloriosa e multi-secular, e a sua incomparável posição no meio coimbrão, não pode deixar de ter sempre fortes marcas do conceito corporativo sob que nasceu. E, em Lisboa, não esqueço que a Oração de Sapiência da abertura solene do ano lectivo corrente na "Universidade Técnica" teve por título "A Universidade, Instituição Corporativa".

Conclusão

Não se veja por isso, no que disse, sinal de desânimo, nem, muito menos, censura seja para quem for. Não devemos iludir-nos com a ideia de que não podemos nada para corrigir os conceitos errados dominantes; nem com essa outra ideia, igualmente irrona, de que há alguém que, com uma penada, possa tudo nesse sentido. Para se realizar qualquer obra no domínio do espírito, é necessário que o terreno esteja preparado. Se fosse publicada subitamente uma reforma perfeita das Universidades segundo o conceito corporativo, seria muito difícil, neste momento, dar-lhe plena execução, por falta de ambiente. Esse somos nós que temos de o criar. Temos de meditar sobre o assunto, de pôr em prática os preceitos que verificarmos serem convenientes, de convencer os outros. Só depois disso poderemos esperar que a legislação, - meio poderoso mas não panacea -, dê forma jurídica ao conceito que defendemos. Se, com as minhas palavras, tiver concorrido pouco que seja para que isso se realize, darei por bem empregado o esforço que me custaram, e da melhor boa vontade perdorei a mim mesmo o tempo que lhes roubei.



FINS DA UNIVERSIDADE

(Resumo)

Antes de entrar no assunto desta tese, os fins da Universidade, penso dever considerar por uns momentos se não valeria mais tê-lo posto de parte, por não dar lugar a dúvidas, e utilizar o tempo que se lhe consagrou com problemas mais concretos. Realmente, vemos que todos os povos civilizados, desde a idade-Média, têm criado e mantido Universidades. Poderá admitir-se que, só por rotina ou por espírito de imitação, tantos povos gastem esforço e dinheiro com uma instituição de que não compreendem claramente os fins?

Na realidade, todos estão de acordo em que a Universidade tem por missão essencial a formação dum escol. É quase todos admitem, como função integrante, a de, pela investigação, promover o progresso da ciência. Mas não basta saber que se quer formar um escol; é preciso dizer de que espécie de escol se trata, e qual o objectivo para o qual se quer formá-lo. Uma e outra coisa dependem do conceito que se forme da Universidade; e é este que teremos de discutir.

Os diferentes conceitos do que seja uma Universidade podem reduzir-se a quatro: o conceito corporativo, o conceito humanístico, o conceito estatista ou totalitário e o conceito profissional ou técnico. Vou procurar expor cada um deles, deixando para o fim o conceito corporativo, mais fácil de compreender depois de expostos os outros.

Segundo o conceito humanístico da Universidade, o escol que esta tem por função criar é um escol de homens de carácter. Interessa menos a Universidade ensinar do que as personalidades que forma. O ponto fraco deste conceito, compreendido num sentido restrito, é que, com ele, não cabem na Universidade os que estudam as profissões liberais.

O conceito estatista, levado ao extremo, como conceito totalitário, é hoje o que vigora nos países onde um Estado despótico subordina toda a nação a uma ideologia, e procura servidores ao mesmo tempo competente, dóceis, e fanáticos dessa ideologia. Dentro desse conceito, o escol que a Universidade deve formar é o das categorias mais elevadas desses servidores. Os seus inconvenientes estão bem à vista de todos nós.

No conceito técnico, o que interessa não é o homem, nem mesmo um tipo de homem deformado e secretário; interessa o profissional. O escol que a Universidade deve formar é de médicos, engenheiros, etc. Esta maneira de ver traduz-se pelo desprezo da cultura e da formação da mentalidade e do carácter em benefício duma simples aprendizagem profissional.

O conceito corporativo é o primitivo e sempre o mais autêntico. Nasceu com a Universidade, e, como esta, não proveio da ideia preconcebida, mas do desenvolvimento natural das instituições. No período mais fecundo da Idade-Média, as escolas claustrais encontraram ambiente para tomarem contacto com a vida civil. Daí nasceram as primeiras Universidades, que, conforme os princípios da época, tomaram a forma de federação dos elementos que as constituíam, - de corporação -; e essa corporação exprimiu



pelo nome o espírito que a animava: "Universitas magistrorum et scholarium", - Universidade de mestres e alunos -.

O conceito corporativo não tem interesse apenas para a época que o criou; pode adaptar-se a todas as épocas e a todos os lugares. E sintetiza tudo o que há de aceitável nos conceitos posteriores. Tudo o que constitui o conceito humanístico se encontra nele, mas alargado. Não exclue da Universidade os que se preparam para uma profissão liberal; por isso engloba também o essencial do conceito técnico. E engloba também esse pressuposto legítimo do conceito estadista de que é preciso formar bons servidores do poder civil.

Por todos esses motivos, o conceito corporativo bem poderia chamar-se, sem mais, conceito universitário, que o é por essência; e onde haja Universidade há vestígios desse conceito. As velhas Universidades inglesas de Oxford e Cambridge, com os seus "colégios" autónomos onde habitam os estudantes e se faz boa parte do ensino, a beleza do ambiente, os tutores encarregados de acompanhar os estudos dos alunos, tirar as suas dúvidas e aconselhá-los na escolha dos cursos, são exemplos frisantes desse conceito, apesar do abalo causado pela Reforma. As próprias Universidades inglesas de fundação recente se subordinam ao conceito corporativo até onde as circunstâncias o permitem.

O conceito corporativo exige que sejam respeitados alguns princípios: a liberdade de fundação dos colégios e outros institutos universitários; a residência dos estudantes nos colégios, a não poder ser em casa da família; a assistência pessoal, directa, para aconselhar e orientar o aluno; e continuidade das instituições universitárias; finalmente, a fidelidade de cada instituto universitário ao seu fim particular, e ao mesmo tempo de assegurar o fim geral da Universidade a que pertence. O ensino da teologia tem lugar de honra neste conceito; e, em obediência ao último princípio, deve ser autenticamente teologia da Igreja, sem interferências regalistas.

Em Portugal, o conceito dominante é o técnico. Nem o conceito humanístico, nem o corporativo, encontram ambiente. O conceito estatista também não, - e esse graças a Deus -. Mas muitos sintomas permitem esperar que vamos assistir a um ressurgimento do conceito corporativo. No Porto, um esforço esclarecido, persistente e cheio de tacto da Reitoria tem conseguido criar verdadeiro espírito universitário, apesar das muitas dificuldades. A Universidade de Coimbra não pode deixar de ter sempre fortes marcas do conceito sob que nasceu. E, em Lisboa, a Oração de Sapiência do ano lectivo corrente na "Universidade Técnica" teve por título "A Universidade, Instituição Corporativa".

Para se realizar qualquer obra no domínio do espírito, é necessário que o terreno esteja preparado. Se fosse publicada súbitamente uma reforma perfeita das Universidades segundo o conceito corporativo, seria muito difícil, neste momento, dar-lhe plena execução por falta de ambiente. Esee somos nós que temos de o criar. Se, com as minhas palavras, tiver concorrido pouco que seja para que isso se realize, darei por bem empregado o esforço que me custaram, e de melhor vontade perdorei a mim mesmo o tempo que lhes roubei.